

A Diretora-Geral do Instituto Mineiro de Agropecuária exonera, nos termos do art. 106, alínea "b", da Lei nº 869, de 5 de julho de 1952, e do Decreto nº 45.537, de 27 de janeiro de 2011, GABRIEL AMARO OTTAVIANI, MASP 1578145-3, do cargo de provimento em comissão DAI-11 IM1100201.

A Diretora-Geral do Instituto Mineiro de Agropecuária, no uso de suas atribuições, dispensa ISABELA LICERRO LOPES, MASP 1578410-1, da função gratificada FGI-4 IM1100150, a contar de 21/10/2025.

A Diretora-Geral do Instituto Mineiro de Agropecuária nomeia, nos termos do art. 14, II, da Lei nº 869, de 5 de julho de 1952, do art. 1º, § 2º da Lei Delegada nº 175, de 26 de janeiro de 2007, e do Decreto nº 45.537, de 27 de janeiro de 2011, ISAQUE DIAS DOS SANTOS DE PAULA, para o cargo de provimento em comissão DAI-11 IM1100201, de recrutamento amplo.

21 2139124 - 1

TORNA SEM EFEITO

O Instituto Mineiro de Agropecuária – IMA, por ato da sua Diretora-Geral, Luiza Moreira Arantes de Castro, na forma do art.40, §2º, II, do Decreto nº 46.668, de 15 de dezembro de 2014, torna sem efeito a publicação da portaria IMA Nº 2406/2025, publicada no Diário Oficial do Executivo, em 21 de outubro de 2025, página 7, por ter sido publicada com data errada.

21 2138986 - 1

PORTARIA IMA Nº 2406, DE 21 DE OUTUBRO DE 2025

Dispõe sobre os procedimentos para registro, alteração, cancelamento e auditoria de registro de produtos de origem animal dos estabelecimentos registrados no Instituto Mineiro de Agropecuária.

A DIRETORA GERAL DO INSTITUTO MINEIRO DE AGROPECUÁRIA - IMA, no uso da atribuição que lhe confere o inciso II do art. 2º combinado com o inciso I do art. 12 do regulamento a que se refere o Decreto nº 47.859, de 7 de fevereiro de 2020, considerando o Decreto Federal nº 9.013, de 29 de março de 2017, que regulamenta a Lei Federal nº 1.283, de 18 de dezembro de 1950, e a Lei Federal nº 7.889, de 23 de novembro de 1989, que dispõem sobre a inspeção industrial e sanitária de produtos de origem animal; considerando o Decreto nº 49.030, de 09 de maio de 2025, que dispõe sobre a inspeção e a fiscalização industrial e sanitária de produtos de origem animal;

DETERMINA:

CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º - Esta portaria dispõe sobre os procedimentos para registro, alteração, cancelamento e auditoria de registro de produtos de origem animal dos estabelecimentos registrados no Instituto Mineiro de Agropecuária - IMA.

Art. 2º - Para fins de aplicação desta portaria, consideram-se as seguintes definições:

I- produto de origem animal embalado: todo produto de origem animal que está contido em uma embalagem pronta para ser oferecida ao consumidor;

II- produto de origem animal não comestível: é todo aquele resultante da manipulação e do processamento de matéria-prima, de produtos e de resíduos de animais empregados na preparação de gêneros não destinados ao consumo humano;

III- consumidor: pessoa física ou jurídica que adquire ou utiliza produto de origem animal;

IV- Rótulo ou rotulagem: toda inscrição, legenda, imagem e toda matéria descritiva ou gráfica que esteja escrita, impressa, estampada, gravada, gravada em relevo, litografada ou colada sobre a embalagem ou conteúdos do produto de origem animal destinado ao comércio, com vistas à identificação.

Art. 3º - Os procedimentos para análise e aprovação das solicitações de registro, alteração, cancelamento e auditoria de registro de produtos de origem animal, de que trata esta portaria, serão definidos no Manual de Procedimentos de Fiscalização de Produtos de Origem Animal, disponível no site www.ima.mg.gov.br.

Art. 4º - As solicitações de registro de produtos de origem animal deverão ser realizadas em sistema informatizado disponível no site www.servicos.ima.mg.gov.br.

§ 1º - O acesso ao sistema eletrônico se dará mediante autorização prévia, por meio de identificação pessoal do usuário.

§ 2º - É de exclusiva responsabilidade do usuário a manutenção do sigilo sobre a sua senha, que integra a sua identificação eletrônica, não sendo admitida, em qualquer hipótese, alegação do seu uso indevido.

§ 3º - As orientações para utilização do sistema informatizado estão disponibilizadas no site www.servicos.ima.mg.gov.br.

§ 4º - O estabelecimento solicitante é responsável pelo preenchimento completo e correto das informações no sistema informatizado.

Art. 5º - As solicitações de alterações e cancelamentos de registro de produtos de origem animal serão realizadas via petiçãoamento intercorrente no Sistema Eletrônico de Informações – SEI, conforme definido no Manual de Procedimentos de Fiscalização de Produtos de Origem Animal.

Art. 6º - A solicitação de acesso aos sistemas informatizados deverá ser realizada pelo representante legal do estabelecimento ou por meio de procurador por ele estabelecido, mediante cadastro eletrônico, devendo ser incluídas cópias do documento de identificação pessoal e dos atos constitutivos do estabelecimento.

CAPÍTULO II

DO REGISTRO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL

Art. 7º - As solicitações de registro de produtos de origem animal serão efetuadas pelo estabelecimento, acompanhadas das seguintes informações e documentos:

I- dados de identificação do estabelecimento;

II- dados de identificação e caracterização do produto;

III- composição do produto, com indicação dos ingredientes em ordem decrescente de quantidade;

IV- reprodução fidedigna e legível do croqui de rótulo, em suas cores originais, com a indicação de suas dimensões e do tamanho dos caracteres para todas as informações constantes do rótulo;

V- fichas técnicas dos ingredientes e dos aditivos;

VI- demais documentos necessários para comprovar informações, características ou atributos específicos do produto; e

VII- pagamento da taxa de registro de produto de origem animal.

§ 1º - Quando o croqui do rótulo apresentar variações de dimensões, cores e desenhos, todas as versões devem ser encaminhadas para fins de registro.

§ 2º - Uma mesma solicitação de registro pode ser realizada para diferentes designações de marcas de fantasia, desde que os rótulos cadastrados apresentem números de registros distintos.

§ 3º - Os ingredientes compostos devem ter seus componentes e suas quantidades descritas nas solicitações de registro.

§ 4º - O estabelecimento somente poderá solicitar registro de produto de origem animal que esteja apto a fabricar.

§ 5º - As informações contidas no processo de registro do produto devem corresponder aos procedimentos realizados pelo estabelecimento.

Art. 8º - As disposições desta portaria se aplicam aos textos e matérias de propaganda dos produtos, qualquer que seja o veículo utilizado para sua divulgação.

Art. 9º - O IMA poderá solicitar informações ou documentos adicionais para subsidiar a análise das solicitações de registro de produtos.

Art. 10 - Os estabelecimentos podem expedir ou comercializar somente matérias-primas e produtos de origem animal registrados no IMA e identificados por meio de rótulos, dispostos em local visível, quando forem destinados diretamente ao consumo ou enviados a outros estabelecimentos em que serão processados.

§ 1º - O rótulo deve ser resistente às condições de armazenamento e de transporte dos produtos e, quando em contato direto com o produto, o material utilizado em sua confecção deve ser previamente autorizado pelo órgão regulador da saúde.

§ 2º - As informações constantes nos rótulos devem ser visíveis, com caracteres legíveis, em cor contrastante com o fundo e indeléveis, conforme legislação específica.

§ 3º - As informações expressas na rotulagem devem retratar fidedignamente a verdadeira natureza, a composição e as características do produto.

§ 4º - Os rótulos devem possuir identificação que permita a rastreabilidade dos produtos.

Art. 11 - O rótulo só pode ser usado no produto a que tenha sido destinado e nenhuma modificação na formulação, no processo de fabricação ou no rótulo pode ser realizada sem prévia autorização do Serviço de Inspeção.

Parágrafo único - Os estabelecimentos devem manter seus registros atualizados, incluindo a documentação anexada, de acordo com as normas vigentes.

Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico

Secretária: Mila Batista Leite Corrêa da Costa

Expediente

ATO DA DIRETORA

A Diretora de Recursos Humanos da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, usando da competência que lhe delega o art. 9º da Resolução SEDE nº 52, de 22 de dezembro de 2023, CONCEDE AFASTAMENTO POR MOTIVO DE CASAMENTO, nos termos da alínea "a" do art. 201 da Lei n.º 869/1952, entre 10/10/2025 e 17/10/2025, à servidora Isabela Marques Lara Martins, Masp 1.627.910-1, admissão 01, a partir de 10/10/2025.

Belo Horizonte, 21 de outubro de 2025

Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico

Aline Chaves Lopes

Diretora de Recursos Humanos

21 2139008 - 1

TERMO DE INSTAURAÇÃO DE PROCESSO

ADMINISTRATIVO SEI Nº 1220.01.0002543/2025-39

A Diretora de Recursos Humanos da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, instaura o processo administrativo de n.º SEI 1220.01.0002543/2025-39, nos termos da Lei n.º 14.184, de 31 de janeiro de 2022, na Resolução Seplag nº 037, de 12 de Setembro de 2005 e na Resolução Sede nº 53, de 19 de setembro de 2025, em razão do pagamento de valores relativos à remuneração/proventos após

o falecimento, ao servidor A.F.S.M.M., Masp 1.036.088-1, no mês de fevereiro de 2014, a partir do Despacho nº80/2025/Diretoria Central de Controle e Modernização do Pagamento de Pessoal - Recuperação de Valores, registrada no processo SEI nº 1500.01.0049401/2022-63.

TERMO DE INSTAURAÇÃO DE PROCESSO

ADMINISTRATIVO SEI Nº 1220.01.0002551/2025-17

A Diretora de Recursos Humanos da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, instaura o processo administrativo de n.º SEI 1220.01.0002551/2025-17, nos termos da Lei n.º 14.184, de 31 de janeiro de 2002, na Resolução Seplag nº 037, de 12 de Setembro de 2005 e na Resolução Sede nº 53, de 19 de setembro de 2025, em razão do pagamento de valores relativos à remuneração/proventos após o falecimento, ao servidor P.G.N., Masp 900055-5, no período de 27/08/2007 a 30/09/2007, a partir do Despacho nº80/2025/ Diretoria Central de Controle e Modernização do Pagamento de Pessoal - Recuperação de Valores, registrada no processo SEI nº 1500.01.0049401/2022-63.

Belo Horizonte, 21 de outubro de 2025.

Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico

Aline Chaves Lopes

Diretora de Recursos Humanos

21 2138982 - 1

Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais - Codemge

Diretor-Presidente: Luísa Cardoso Barreto

DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL

3º TRIMESTRE DE 2025

(EM REAIS)

CARGO	JULHO	QTE.	AGOSTO	QTE.	SETEMBRO	QTE.	TOTAL TRIMESTRE
Direção Superior	703.094,20	27	618.295,79	27	802.050,81	28	2.123.440,80
Recrutamento Ampla	1.853.007,03	116	1.822.932,28	115	1.729.258,95	116	5.405.198,26
Gerente	1.114.287,95	24	804.269,46	23	909.056,03	25	2.827.613,44
Estagiário	108.928,81	38	115.519,79	39	122.474,00	41	346.922,60
Profissional Nível Superior	1.897.380,25	94	1.699.257,41	93	1.870.627,20	93	5.467.264,86
Prof. Nível Técnico, Adm. e Operacio	446.859,76	37	438.824,38	37	444.231,60	37	1.329.915,74
Sub-Total	6.123.558,00	336	5.499.099,11	334	5.877.698,59	340	17.500.355,70
Encargos Patronais	1.684.788,39	0	1.516.713,27	0	1.564.823,60	0	4.766.325,26
TOTAL	7.808.346,39	336	7.015.812,38	334	7.442.522,19	340	22.266.680,96

Diretora-Presidente

LUISA CARDOSO BARRETO

21 2138768 - 1

Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social

Secretária: Alessandra Diniz Portela Silveira

Instituto de Desenvolvimento do Norte e Nordeste de Minas - Idene

Diretor-Geral: Henrique Oliveira Carvalho

PORTARIA IDENE Nº 31, DE 21 DE OUTUBRO DE 2025

Cria o Programa Tamo Junto com o Idene.

O DIRETOR-GERAL DO INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO DO NORTE E NORDESTE DE MINAS GERAIS, no uso das atribuições previstas na Lei nº 14.171, de 15 de janeiro de 2002, regulamentada pelo Decreto nº 47.834, de 03 de janeiro de 2020, considerando o disposto na Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto Estadual nº 48.745, de 29 de dezembro de 2023, na Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014, regulamentada pelo Decreto Federal nº 8.726, de 27 de abril de 2016, e pelo Decreto Estadual nº 47.132, de 20 de janeiro de 2017,

RESOLVE:

Art. 1º - Fica criado o Programa Tamo Junto com o Idene, que visa ampliar a participação dos municípios e das Organizações da Sociedade Civil (OSCs) da área de atuação do Idene na construção e execução de políticas públicas voltadas ao desenvolvimento regional.

Art. 2º - São objetivos do Programa:

I - Formalizar a cooperação técnica e institucional entre os municípios ou OSCs e o Idene;

II - Viabilizar o alinhamento estratégico e territorial das ações de desenvolvimento socioeconômico;

III - Formalizar a indicação de um Ponto Focal como elo entre o município ou OSC e o Idene;

IV - Divulgar acesso aos programas, capacitações e recursos coordenados pelo Idene;

V - Ampliar a participação dos municípios e OSCs na construção e execução de políticas públicas de desenvolvimento regional;

VI - Apoiar, articular e executar ações e programas de desenvolvimento territorial.

Art. 3º - As cooperações previstas no Programa serão celebradas por meio de Acordos de Cooperação Técnica com os municípios e OSCs.

Parágrafo único - Os Acordos de Cooperação Técnica são instrumentos de cooperação não onerosa para formalizar o compromisso institucional dos municípios e OSCs com a implementação de projetos estruturantes em parceria com o Idene.

Art. 4º - No Programa, será oferecido pelo Idene orientação técnica, metodologias, promoção de eventos, coordenação e monitoramento de ações a fim de facilitar o acesso dos municípios a políticas públicas estaduais e federais, garantindo alinhamento territorial, integração de políticas, participação social e planejamento, sempre regido pelos princípios constitucionais e normativas da administração pública.

Art. 5º - Poderão participar do Programa os municípios e OSCs sediadas na área de abrangência e atuação do Idene que manifestarem interesse.

Art. 6º - Serão recebidas manifestações de interesse até 30 de setembro de 2026.

Art. 7º - O Acordo de Cooperação Técnica terá vigência até 31 de dezembro de 2026, a contar da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado mediante Termo Aditivo, por interesse mútuo das partes.

Art. 8º - As obrigações e responsabilidades de cada participante serão detalhadas no Acordo de Cooperação Técnica.

Art. 9º - Os casos omissos e as dúvidas porventura existentes serão dirimidas pelo Idene.

Art. 10 - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Henrique Oliveira Carvalho

Diretor-Geral

Instituto de Desenvolvimento do Norte e

Nordeste de Minas Gerais – IDENE

21 2138831 - 1

Secretaria de Estado de Fazenda

Secretário: Luiz Claudio Fernandes Lourenço Gomes

Expediente

ATO Nº 33

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE FAZENDA, usando da competência delegada pelo Decreto nº 45.835, de 23 de dezembro de 2011, exonera, nos termos da alínea “a” do art. 106 da Lei nº 869, de 05 de julho de 1952, FÉLIPE GUSTAVO GOMES CUNHA, Masp 755.528-7, do cargo de provimento efetivo de Auditor Fiscal da Receita Estadual, código AFRE, Nível I, Grau “A”, da Secretaria de Estado de Fazenda, a partir de 01/09/2025.

SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA, em Belo Horizonte aos 21 de outubro de 2025.

Luiz Claudio Fernandes Lourenço Gomes

Secretário de Estado de Fazenda

21 2139117 - 1

Superintendência de Tributação

* PORTARIA SUTRI Nº 1.515, DE 2 DE OUTUBRO DE 2025

Altera a Portaria Sutri nº 1.487, de 26 de junho de 2025, que divulga os preços médios ponderados a consumidor final – PMPF para cálculo do ICMS devido por substituição tributária nas operações com refrigerantes e bebidas hidroeletrólíticas ou energéticas.

(Publicada em 3/10/2025)

RETIFICAÇÃO:

1) No art. 3º, onde se lê: “Art 3º – ... fica acrescido do item 161 ...”;

Leia-se: “Art 3º – ... fica acrescido do item 162 ...”.

2) No Anexo IV, onde se lê:

161	(...)	(...)
-----	-------	-------

leia-se:

162	(...)	(...)
-----	-------	-------

* Retificação por incorreção no original.

21 2139118 - 1



Documento assinado eletronicamente com fundamento no art. 6º do Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017.

A autenticidade deste documento pode ser verificada no endereço <http://www.jornalminasgerais.mg.gov.br/Autenticidade>, sob o número 320251022410244536.